



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO, PRODUTIVISMO ACADÊMICO, DESINFORMAÇÃO,
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL**

**Sistematização das práticas multiprofissionais na Rede Estadual
de Educação Pública do Paraná: análise multiescalar com
Inteligências Regenerativas.**

Luz Fernando Franzoi da Silva ¹
Wagner Roberto do Amaral ²

Resumo: Este artigo analisa a atuação das equipes multiprofissionais na Rede Estadual de Educação do Paraná, com base em abordagem qualitativa, pesquisa-ação, análise documental e metodologias dialógicas, incluindo interações com inteligências regenerativas. Os resultados mostram que psicólogos, assistentes sociais e pedagogos ampliaram a compreensão das escolas como ecossistemas vivos e desenvolveram leitura multiescalar das políticas educacionais. Identificaram-se avanços na tomada de decisão colaborativa, na integração entre dados e narrativas e no fortalecimento da autonomia profissional. Apesar de fragilidades estruturais, emergem práticas inovadoras orientadas à proteção integral. Conclui-se que essas equipes são estratégicas para fortalecer a governança educacional e promover justiça educacional.

Palavras-chave: equipes multiprofissionais; políticas educacionais; inteligências regenerativas; análise multiescalar; proteção integral.

Abstract: This article examines the work of multiprofessional teams within the Paraná State Education Network in 2025, using a qualitative approach, action research, document analysis and dialogical methodologies, including interactions with regenerative intelligences. The findings indicate that psychologists, social workers and pedagogues broadened their understanding of schools as living ecosystems and developed a multiscale perspective of educational policies. Advances were observed in collaborative decision-making, integration of data and narratives and strengthened professional autonomy. Despite structural limitations, innovative practices oriented toward student protection emerged. The study concludes that these teams are strategic for enhancing educational governance and promoting educational justice.

Keywords: multiprofessional teams; educational policies; regenerative Intelligences intersectorality; multiscale analysis; student protection; educational justice

¹ Educador Popular Híbrido, Pós-Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, doutor, ferfsilva@gmail.com.

² Mestre e Doutor em Educação; Docente do Departamento de Serviço social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina ; wramaral@uel.br.



1 INTRODUÇÃO

A atuação das equipes multiprofissionais no âmbito das políticas educacionais públicas tem se tornado um eixo estratégico para o enfrentamento das desigualdades sociais, a mediação de conflitos, o fortalecimento da aprendizagem e a promoção integral de crianças, adolescentes e jovens (CFESS, 2011; GEPESS, 2019; ABEPSS, 2023).. No estado do Paraná, a inserção recente dessas equipes, compostas por assistentes sociais e psicólogos, em 32 Núcleos Regionais de Educação (NREs) e em 1.553 (73,8%) das 2.104 escolas estaduais criou um campo emergente de práticas, disputas, desafios e inovações, cuja sistematização é fundamental para o aprimoramento das políticas de proteção escolar, intersetorialidade e educação integral. As ações desenvolvidas pelo Projeto de Extensão “Formação Continuada Multiprofissional de Psicólogos e Assistentes Sociais na Rede Estadual de Educação do Paraná” (UEL, 2024; 2025). O projeto articula formação continuada, diagnóstico socioeducacional, metodologias participativas e sistematização científica, em parceria com o DEIN/SEED-PR e a Fundação HUTECH, (UEL, 2024; 2025; Amaral, 2024a, 2024b).. contribuindo para a implementação da Lei 13.935/2019 (Brasil, 2019).

Este artigo apresenta uma análise ampliada do processo de trabalho das equipes multiprofissionais na Rede Estadual de Educação do Paraná, com base em levantamento documental, dados qualitativos produzidos pelas próprias equipes, oficinas formativas, rodas de análise e relatórios consolidados em 2025. O estudo articula três dimensões fundamentais: (1) a compreensão dos territórios educacionais como ecossistemas vivos atravessados por determinantes sociais, culturais, institucionais e comunitários; (2) a leitura multiescalar das políticas públicas, considerando fluxos decisórios do nível macro (Estado e diretrizes federais) ao micro (escola e sujeito); e (3) a incorporação de metodologias dialógicas, colaborativas e analíticas que fortalecem a autonomia e a autoria profissional.

A escolha metodológica pela análise qualitativa, pela sistematização interpretativa e pela integração entre narrativas e dados busca compreender como as equipes percebem seu papel, constroem estratégias, enfrentam limites institucionais e criam soluções inovadoras. Os achados revelam tensões estruturais no modelo de contratação, fragilidades logísticas e disputas simbólicas, mas também evidenciam elevado comprometimento ético, práticas de cuidado, fortalecimento do vínculo escola–comunidade e crescente capacidade de leitura crítica dos territórios.

Além disso, fenômenos complexos como a intersetorialidade, a violência escolar, a saúde mental, o abandono, a inclusão de estudantes indígenas, quilombolas e migrantes, e a articulação entre políticas de assistência social, saúde e educação emergem como temas transversais que exigem atuação integrada e fundamentada em princípios democráticos.

O presente trabalho fundamenta-se em referenciais teóricos que dialogam com a educação como direito social, com as concepções críticas das políticas públicas, com a governamentalidade e com a análise das condições estruturais que moldam a atuação



profissional. (Arroyo, 2013; 2019; Frigotto, 2008; Foucault, 2007). A partir disso, discute-se como metodologias de análise colaborativa — como rodas de análise, espaços de escuta qualificada e devolutivas interpretativas — contribuem para reorganizar processos de trabalho e ampliar a consciência multiescalar das equipes.

O objetivo central deste artigo é apresentar uma síntese ampliada e fundamentada das práticas, desafios e potencialidades das equipes multiprofissionais na Rede Estadual de Educação do Paraná, oferecendo terreno analítico para o aprimoramento das políticas públicas educacionais e para a institucionalização de práticas mais sensíveis, democráticas e qualificadas. A análise evidencia caminhos possíveis para o fortalecimento das equipes, da gestão escolar e da governança educacional, contribuindo para transformações estruturais no campo da educação pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A atuação das equipes multiprofissionais no campo educacional insere-se em um conjunto complexo de determinações sociais, institucionais e políticas que atravessam a escola pública brasileira. Arroyo (2013), Frigotto (2008) e Saviani (2021) Compreender esse processo exige uma articulação entre diferentes tradições teóricas que abordam a educação como direito social, a intersectorialidade como estratégia de proteção, as desigualdades estruturais como condicionantes da aprendizagem e a governança multiescalar como elemento central das políticas educacionais contemporâneas.

2.1 Educação como direito social e projeto societário

O ponto de partida teórico deste estudo é a concepção de educação como direito fundamental, previsto na Constituição Federal de 1988 e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). A educação, enquanto política pública, não se restringe ao processo de escolarização, mas integra um projeto societal mais amplo voltado à redução das desigualdades, à ampliação da cidadania e ao fortalecimento de práticas democráticas.

Autores como Marx (2012) e Gramsci (2001) contribuem para a compreensão das condições estruturais que moldam a vida escolar. Marx aponta para a relação entre reprodução social, desigualdade e acesso diferenciado aos bens culturais. Gramsci, ao discutir a formação de intelectuais orgânicos, destaca a importância de práticas educativas que produzam autonomia crítica e participação social. Esses referenciais sustentam a necessidade de políticas educacionais que reconheçam a escola como espaço de disputa e de construção de projetos emancipatórios.



2.2 Proteção social, intersectorialidade e políticas públicas

A prática das equipes multiprofissionais exige compreender que a escola está inserida em redes de proteção e em sistemas intersectoriais que envolvem assistência social, saúde, justiça, segurança pública e políticas comunitárias. A literatura sobre intersectorialidade — especialmente na interface entre educação e proteção integral — define essa abordagem como articulação horizontal e colaborativa entre diferentes setores, visando superar a fragmentação das políticas públicas (Amaral 2024a)

A intersectorialidade, entretanto, não é um processo natural, mas uma construção política permeada por conflitos, disputas de poder, diferentes racionalidades administrativas e desigualdades territoriais. Há destacam desafios recorrentes: verticalização das decisões, ausência de protocolos claros, comunicação restrita, disputa institucional e responsabilização desigual entre os setores.

2.3 Governamentalidade, condutores de conduta e análise multiescalar

O referencial foucaultiano contribui para compreender como práticas institucionais, normativas e discursivas moldam a atuação das equipes multiprofissionais. A noção de governamentalidade (Foucault, 2007) permite analisar como diferentes dispositivos — relatórios, normativas, orientações, indicadores — influenciam condutas e organizam formas de atuação profissional. A identificação de “condutores de conduta” nos territórios educacionais auxilia na leitura das racionalidades que orientam práticas escolares, familiares, institucionais e intersectoriais.

Além disso, a análise multiescalar, presente em abordagens contemporâneas das políticas públicas, organiza a compreensão dos fluxos decisórios do nível macro (Estado, legislação, diretrizes nacionais) ao micro (escola, sujeito, dinâmica cotidiana). Essa perspectiva é fundamental para compreender como decisões estruturais impactam práticas escolares e como estratégias locais podem produzir inovações.

2.4 Educação e desigualdades estruturais

O contexto escolar é atravessado por desigualdades socioeconômicas, raciais, territoriais e culturais que afetam diretamente os processos de aprendizagem e desenvolvimento. A literatura sobre justiça educacional destaca que desigualdades não se reduzem apenas a diferenças de desempenho, mas envolvem violações de reconhecimento, redistribuição e participação (Saviani, 2021).

Pesquisas sobre educação indígena, quilombola e do campo (Santos, 2012) ressaltam que estudantes pertencentes a grupos minorizados enfrentam barreiras históricas, simbólicas e institucionais que exigem atuação qualificada, respeitosa e culturalmente situada das equipes



multiprofissionais. Esses desafios incluem: barreiras linguísticas, racismo institucional, invisibilidade normativa, ausência de políticas específicas e falta de formação continuada adequada.

2.5 Saúde mental, violência escolar e adolescência

A atuação das equipes multiprofissionais também se insere em um panorama crescente de problemas relacionados à saúde mental e à violência no ambiente escolar. Estudos recentes (Couto, 2015; WHO, 2023) evidenciam o aumento de ansiedade, depressão, automutilação e pensamentos suicidas entre adolescentes, especialmente em contextos vulneráveis.

Também é reforçada a necessidade de compreender a saúde mental como fenômeno relacional e histórico, e não apenas como diagnóstico individual. A violência escolar, incluindo bullying, cyberbullying, agressões físicas e violência simbólica, é descrita como fenômeno multifatorial que exige respostas integradas envolvendo escola, família, saúde e proteção social.

2.6 Abordagens colaborativas, metodologias dialógicas e formação profissional

A literatura sobre metodologias colaborativas na educação destaca a importância de práticas dialógicas para a construção coletiva de conhecimento e reorganização de práticas profissionais (Freire, 1996). Dispositivos como rodas de conversa, estudos de caso, devolutivas interpretativas e análise reflexiva de territórios são reconhecidos como estratégias que ampliam a autonomia, fortalecem vínculos e geram sínteses críticas.

No Paraná, oficinas e formações com equipes multiprofissionais (UEL, 2025) evidenciaram que esses dispositivos favorecem análises mais profundas, leitura ampliada de tensões territoriais, compreensão dos fluxos institucionais e reorganização das práticas de cuidado. Tais metodologias aproximam-se de abordagens contemporâneas de Ciência em Movimento, que integram dados, narrativas, análise qualitativa, inteligência coletiva e tecnologias interpretativas, fortalecendo processos de aprendizagem profissional contínua.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e interpretativo, fundamentada na análise documental, na sistematização de narrativas profissionais, na observação de dispositivos formativos e na interpretação multiescalar de dados produzidos pelas equipes multiprofissionais da Rede Estadual de Educação do Paraná. Esse conjunto metodológico buscou compreender como os profissionais percebem seu trabalho, interpretam os desafios dos territórios e constroem práticas colaborativas no cotidiano das políticas educacionais.



A escolha por uma metodologia qualitativa decorre do caráter complexo, situado e dinâmico das relações institucionais que envolvem o trabalho multiprofissional. A partir de referenciais de Thiollent (1986), articulou-se a pesquisa com a perspectiva do dialogismo (Bakhtin, 1997) e da análise multiescalar da governamentalidade (Ettlinger, 2007, 2011; Li, 2007), combinada com a teoria da complexidade (Morin, 2003). Constatou-se que essas perspectivas convergem para reconhecer a práxis multiprofissional como processo político, dialógico, situado e crítico. No caso do dialogismo bakhtiniano entende toda ação humana como encontro entre vozes e ideologias, enfatizando que a prática profissional é sempre disputa de sentidos (Bakhtin, 1997). Vygotsky (1991) e destaca a mediação sociocultural na construção coletiva de significados. Freire (1996) reforça que a escuta crítica constitui prática emancipadora. E no Serviço Social, a intervenção é compreendida como trabalho imaterial orientado por ética, crítica e mediação entre determinações estruturais e experiências singulares — aspectos amplamente discutidos na literatura do Serviço Social na Educação (Ferriz et al., 2018, 2020; CFESS, 2011).

Com isso, procedeu-se à análise dos materiais em três eixos: (1) organização das narrativas e registros de campo; (2) categorização temática de desafios, práticas e tensões institucionais; e (3) interpretação sociotécnica dos materiais à luz das políticas públicas e das literaturas de referência.

3.1 Pesquisa-ação e participação das equipes

Inspirada na perspectiva de Thiollent (1986), a pesquisa-ação orientou a participação ativa das equipes multiprofissionais no processo investigativo. Durante 2025, profissionais de psicologia, serviço social e pedagogia colaboraram na produção de relatos, reflexões coletivas, oficinas formativas e rodas de análise. Esses materiais foram sistematizados como parte integrante do corpus empírico.

A pesquisa-ação permitiu captar movimentos reflexivos internos das equipes, bem como identificar práticas emergentes, reorganizações institucionais e estratégias de enfrentamento de problemas complexos nos territórios escolares. Essa aproximação dialógica possibilitou compreender como interpretações coletivas influenciam a reorganização de processos de trabalho e a tomada de decisão.

3.2 Dispositivo “Salas de Espelhos” e metodologias dialógicas

As Salas de Espelhos constituíram um dispositivo dialógico e analítico no qual as equipes multiprofissionais interagiram com devolutivas interpretativas elaboradas a partir de seus próprios materiais. Esse processo consistiu na apresentação de sínteses estruturadas — contendo categorias, tensões, potências e contradições — que eram discutidas coletivamente.

O dispositivo operou como tecnologia de reflexão profissional, permitindo: a) identificação de padrões e recorrências nas situações-problema; b) ampliação da leitura crítica sobre os



territórios; c) reconhecimento de racionalidades institucionais que influenciam as práticas profissionais; d) fortalecimento da autonomia e autoria das equipes; e e) reorganização coletiva de estratégias de atuação. Essa metodologia favoreceu uma leitura multiescalar das políticas educacionais, articulando dimensões macroestruturais, institucionais, territoriais e escolares.

3.3 Análise de dados do Diagnóstico Socioeducacional

O Diagnóstico Socioeducacional, realizado no âmbito do Projeto Formação das Equipes Multiprofissionais (UEL, 2025), forneceu indicadores quantitativos relacionados à frequência escolar, vulnerabilidade social, trajetórias de aprendizagem, atendimentos realizados pelas equipes multiprofissionais e dados territoriais dos municípios e NREs. Esses indicadores foram combinados com: narrativas produzidas pelas equipes multiprofissionais; atas de rodas de conversa; registros de oficinas formativas; devolutivas interpretativas elaboradas ao longo do processo; e documentos oficiais da SEED/PR e dos NREs.

A triangulação desses materiais possibilitou uma análise integrada dos territórios educacionais, articulando dimensões quantitativas e qualitativas. A integração entre dados e narrativas permitiu identificar tendências estruturais, tensões institucionais, fragilidades, potências e padrões recorrentes nas práticas profissionais.

3.4 Estudo de caso: Roda de Análise com equipe regional

Para aprofundar a dimensão situacional da atuação profissional, utilizou-se como estudo de caso a Roda de Análise realizada com uma equipe pertencente a um Núcleo Regional de Educação. Nesse encontro, foram discutidas situações relacionadas à saúde mental de estudantes, desafios na articulação intersetorial, demandas de violência institucional e comunitária, e tensões decorrentes da falta de compreensão sobre o papel das equipes multiprofissionais. O estudo de caso permitiu observar: a) como as equipes integram dados, percepções e demandas escolares; b) a complexidade das situações envolvendo estudantes indígenas, quilombolas e migrantes; c) as dificuldades encontradas na articulação com a rede de proteção; d) variáveis institucionais que afetam a autonomia profissional; e e) estratégias coletivas para reorganizar processos de trabalho. Esse recorte situacional foi fundamental para compreender dinâmicas internas das equipes, práticas colaborativas e impactos do dispositivo de análise sobre a reorganização das intervenções profissionais.

3.5 Inteligências regenerativas analíticas e tecnologias interpretativas

Como parte do processo de sistematização, foram utilizadas tecnologias interpretativas que organizaram materiais complexos, identificaram padrões, geraram sínteses multiescalares e produziram devolutivas analíticas para as equipes. Essas tecnologias, denominadas



Inteligências Regenerativas, não substituíram o trabalho humano, mas atuaram como ferramentas auxiliares que contribuíram para: leitura ampliada dos territórios; identificação de contradições e tensões; organização de grandes volumes de informação; fortalecimento da reflexão crítica; melhoria dos processos decisórios. A integração entre análise humana nas rodas de análise, ferramentas interpretativas, inteligências regenerativas e o painel interativo de dados do diagnóstico socioeducacional configuraram um modelo híbrido de leitura sociotécnica do trabalho multiprofissional, alinhado às perspectivas contemporâneas de metodologias colaborativas e ciência aplicada.

4 RESULTADOS

A análise integrada das narrativas, oficinas formativas, registros de campo, devolutivas interpretativas e dados do Diagnóstico Socioeducacional permitiu identificar seis eixos estruturantes que caracterizam a atuação, os desafios e as potências das equipes multiprofissionais da Rede Estadual de Educação do Paraná. Esses eixos refletem a complexidade dos territórios educacionais, as tensões institucionais presentes nas políticas públicas e as estratégias profissionais desenvolvidas para fortalecer práticas de cuidado, proteção e aprendizagem.

4.1 Reconhecimento das escolas como ecossistemas vivos

Os materiais analisados evidenciam que as equipes multiprofissionais ampliaram significativamente sua compreensão sobre o funcionamento das escolas e dos territórios. A partir das rodas de análise e das metodologias colaborativas, profissionais passaram a reconhecer as instituições educacionais como ecossistemas vivos — atravessados por dimensões políticas, socioeconômicas, culturais, raciais, familiares e históricas. Esse reconhecimento permitiu identificar: impactos da desigualdade social na permanência escolar; efeitos da violência doméstica, comunitária e institucional; desafios específicos dos territórios rurais, indígenas, quilombolas e migrantes; e dinâmicas internas escolares relacionadas ao clima institucional, à gestão e aos fluxos decisórios.

Essa mudança de perspectiva fortaleceu a capacidade das equipes de atuar de forma contextualizada e sensível às necessidades de cada unidade escolar.

4.2 Ampliação da consciência multiescalar

As devolutivas interpretativas e a análise das políticas com interação das inteligências regenerativas, sobretudo como aplicação tecnológica no serviço social (Binimelis-Espinoza e na psicologia contribuíram para que as equipes desenvolvessem uma consciência multiescalar da educação pública, articulando: diretrizes nacionais; orientações estaduais; arranjos institucionais



dos Núcleos Regionais de Educação; práticas e demandas das escolas; contextos familiares e comunitários.

A ampliação dessa consciência favoreceu melhor compreensão das tensões entre decisões macroestruturais e suas repercussões no cotidiano escolar. Profissionais relataram maior clareza sobre como políticas, normativas, modelos de contratação, fluxos administrativos e protocolos influenciam sua prática.

4.3 Reorganização da tomada de decisão profissional

Os resultados mostram que as decisões das equipes multiprofissionais tornaram-se progressivamente mais colaborativas, fundamentadas e articuladas. As rodas de análise e as Salas de Espelhos contribuíram para deslocar práticas isoladas e fortalecer processos coletivos, evidenciando: maior capacidade de identificar contradições institucionais; ampliação da problematização antes da intervenção; fortalecimento da autonomia técnica; redução de encaminhamentos mecânicos; e aumento da corresponsabilização entre setores da escola. Essa reorganização favoreceu práticas mais estratégicas, consistentes e ancoradas nos princípios das políticas de proteção integral e educação democrática.

4.4 Integração entre dados, inteligências regenerativas, narrativas e território

A triangulação metodológica permitiu integrar indicadores quantitativos do Diagnóstico Socioeducacional com narrativas profissionais e contextos territoriais. Essa integração possibilitou: leitura mais densa das situações de vulnerabilidade; identificação de padrões de exclusão e desigualdade; contextualização dos casos de saúde mental, evasão e violência; compreensão ampliada das relações entre escola, família e comunidade; maior precisão na comunicação com gestores e com a rede de proteção. A análise evidenciou que a articulação entre dados e narrativas qualifica a interpretação dos territórios e orienta práticas mais eficazes.

4.5 Fortalecimento da autoria profissional das equipes

As metodologias colaborativas, especialmente as devolutivas interpretativas, fortaleceram a autoria das equipes multiprofissionais. Profissionais passaram a reconhecer-se como sujeitos ativos no processo de construção da política educacional, relatando: maior segurança teórico-metodológica; ampliação da consciência crítica sobre suas práticas; fortalecimento do sentimento de pertencimento à rede; maior valorização de suas competências e saberes específicos; protagonismo na construção de estratégias de cuidado e mediação. Esse fortalecimento está alinhado às concepções de educação democrática e ao papel das equipes como intelectuais orgânicos no território educacional.



4.6 Emergência de práticas inovadoras e sociopolíticas

A análise multiescalar revelou que, mesmo diante de condições estruturais adversas como, por exemplo, instabilidade contratual, fragilidades logísticas e disputas institucionais, as equipes multiprofissionais criaram práticas inovadoras que reorganizam dimensões sociopolíticas da educação pública. Entre essas práticas destacam-se: processos dialógicos de mediação de conflitos; estratégias intersetoriais contextualizadas; acolhimento diferenciado para populações específicas (indígenas, quilombolas, migrantes); construção de protocolos internos; ações formativas integradas com professores, direção e pedagogia; e fortalecimento de espaços coletivos de escuta e planejamento. Essas práticas configuram avanços na institucionalização de políticas de cuidado, proteção e educação integral, indicando caminhos para uma governança mais democrática e sensível aos territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização das práticas das equipes multiprofissionais da SEED/PR evidencia a relevância estratégica desses profissionais para a consolidação de políticas educacionais sensíveis, contextualizadas e orientadas pela proteção integral. Os resultados revelam que a articulação entre metodologias colaborativas, análise multiescalar e integração entre dados e narrativas amplia significativamente a capacidade das equipes de compreender e intervir de forma qualificada nos territórios escolares.

O reconhecimento das escolas como ecossistemas vivos, atravessados por determinantes sociais, culturais, institucionais e comunitários, reforça a necessidade de práticas profissionais ancoradas em leitura crítica, planejamento coletivo e mediações contextualizadas. Da mesma forma, o fortalecimento da consciência multiescalar das equipes contribui para a compreensão das tensões estruturais que incidem sobre o cotidiano escolar — desde diretrizes macroinstitucionais até desafios emergentes no nível da escola e do estudante.

As metodologias dialógicas, como rodas de análise e Salas de Espelhos, mostraram-se eficazes na reorganização de processos de trabalho, no fortalecimento da autonomia profissional e na produção de sínteses interpretativas capazes de orientar intervenções mais coerentes e estratégicas. Tais dispositivos contribuíram ainda para a consolidação de práticas inovadoras que articulam educação, proteção social, saúde e políticas comunitárias, configurando avanços importantes no campo da intersectorialidade.

Apesar das fragilidades estruturais identificadas — especialmente instabilidade contratual, limitações logísticas e disputas institucionais —, as equipes multiprofissionais demonstraram elevado comprometimento ético e capacidade de criação de soluções situadas. Esse conjunto de práticas reforça seu papel como agentes fundamentais no enfrentamento das desigualdades educacionais, na mediação de conflitos e na promoção da permanência e do sucesso escolar.



Recomenda-se o fortalecimento contínuo das políticas de formação, infraestrutura e condições de trabalho das equipes multiprofissionais, bem como a institucionalização de protocolos intersetoriais que favoreçam maior integração com a rede de proteção. Além disso, a expansão de metodologias analíticas colaborativas pode contribuir para maior consolidação de processos reflexivos e de governança democrática no sistema educacional.

Conclui-se que a atuação das equipes multiprofissionais no Paraná representa uma contribuição significativa para o desenvolvimento de políticas educacionais mais sensíveis aos territórios, mais integradas às demandas sociais e mais orientadas à justiça educacional. A combinação entre análise crítica, metodologias participativas e leitura multiescalar configura um caminho promissor para fortalecer práticas emancipadoras e sustentáveis na educação pública brasileira.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: edição comemorativa trilingue – 25 anos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2023.

BRASIL, **Lei 13.935/2019, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm

AMARAL, W. R.; MELIN, J. I.; GOMES, G. G. Formação de assistentes sociais na educação como estratégia para implementação da Lei nº 13.935/2019. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 2024(a), n. 47, p. 275-290.

AMARAL, W. R. O reconhecimento de assistentes sociais como profissionais da e na educação. In: FERRIZ, A. F. P.; MOREIRA, C. F. N.; MARTINS, E. C. B.; ALMEIDA, N. L. T.; CARVALHO, C. C. (Orgs.) **Serviço Social e Educação**: desafios do verbo esperar! Anais do III Seminário Internacional e VII Fórum de Serviço Social na Educação do GEPESE. 1. ed. Bauru: Gradus, 2024(b). v. 4. 1551p.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

ARROYO, M. G. **Vidas ameaçadas**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BINIMELIS-ESPINOZA, Helder et al. (org.). **Serviço social, trabalho e novas tecnologias digitais** [livro eletrônico] 1.ed. – São Paulo : Tirant lo Blanch, 2024.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social (BRASIL). **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>.

COUTO, M. C. V.; DELGADO, P. G. G. Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 17-40, 2015 . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-56652015000100002>. Acesso em: 20 fev. 2026.

ETTLINGER, Nancy. Precarity unbound. **Alternatives**, 32, jul-sep. 2007, 319-340. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/030437540703200303>.



ETTLINGER, Nancy. Governmentality as Epistemology. **Annals of the Association of American Geographers**, 101(3), May 2011, 537-560.

FERRIZ, Adriana F. P.; MARTINS, Eliana B. C.; ALMEIDA, Ney L. T. A inserção do assistente social na política de educação básica no Brasil. In: **ENPESS**, 16., Vitória, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22572>. Acesso em 26 maio 2025.

FERRIZ, Adriana F. P.; MARTINS, Eliana B. C.; ALMEIDA, Ney L. T. **A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica**. Salvador: EDUFBA, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Security, Territory, Population**. Basingstoke, UK: Palgrave, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação**, 2008, v. 10, n. 1, p. 41-62.

GEPESS. **I Seminário Internacional de Serviço Social na Educação e V Fórum Serviço Social na Educação**: “A Educação e o Serviço Social no contexto de crise do capital” Org.: Eliana Bolorino Canteiro Martins, Ney Luiz Teixeira de Almeida (organizadores). –

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 3 vol.

LI, Tania M. Governmentality. **Anthropologica**, 2007, 49(2): 275-281

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo. Editora Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores)

MORIN, Edgar. **La Méthode**: La Connaissance de la Connaissance. Paris: Seuil, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza e MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, M. E.; MESQUITA, M.; RIBEIRO, A. A inserção do serviço social na política de educação na perspectiva do conjunto CFESS/Cress: elementos históricos e desafios para a categoria profissional. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 244-258, jan./jun. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**. 12 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2021.

SILVA, Fernando Franzoi da; SCHIAVI, Sandra Mara de Alencar. Etnogovernamentalidade Glocal na sustentabilidade dos territórios de vida: explorando enfoques interdisciplinares. In: **Simppa - Simpósio de Pós-graduação e Pesquisa em Administração**. 4., 2024, Maringá. Anais eletrônico... Maringá: PPA, 2024. p. 16-32. Disponível em: <https://pbc.uem.br/ppa/documentos/44-2024-etnogovernamentalidade-glocal-na-sustentabilidade-dos.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

UEL. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Projeto: Formação continuada interdisciplinar, diagnóstico socioeducacional e sistematização das experiências de psicólogos e assistentes sociais na educação básica do Paraná**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina - UEL, 2024.

UEL. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Formação continuada multiprofissional de psicólogos e assistentes sociais na Rede Estadual de Educação do Paraná**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina - UEL, 2025.



VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) **World Mental Health Report**: Transforming Mental Health for All. Geneva: World Health Organization, 2023.